ISSN 1982-5528

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UM ARRANJO INSTITUCIONAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Mestre em Economia Aplicada, UFV, Brasil
E-mail: graziellecoop@yahoo.com.br

Alair Ferreira de Freitas
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA
Professor do Campus UFRA/Parauapebas
Mestre em Extensão Rural, UFV, Brasil
E-mail: alairufv@yahoo.com.br

ABSTRACT
Difficult access to credit is a socioeconomic issue much debated in both, public and private spheres. In Brazil, the practical implication of this issue is the exclusion of millions of poor people. In this context consolidate alternative institutional arrangements, linked to innovative iniciatives in the field of microfinance, characterized by feasible and appropriate financial technologies to meet this social class and, moreover, tend to leverage the development of places where they emerge. This article presents a solidarity development these experiments: the Credit Union Solidarity Araponga in Minas Gerais. The aim of this work is to analyze the contributions of the cooperative in promoting local development, with reference to analytic influence on increasing the income of its members. Anchored in the New Institutional Economics and assumptions of Local Development, the study has impacts on the income of members, as well as a strengthening in support of local development.
Key words: Solidary credit, local development; cooperatives.

RESUMO
O difícil acesso ao crédito é uma questão socioeconômica bastante debatida, tanto na esfera pública como privada. No Brasil, a implicação prática dessa questão é a exclusão de milhões de pessoas de baixa renda. Neste contexto consolidam-se arranjos institucionais alternativos, vinculados a iniciativas inovadoras no campo das microfinanças, caracterizadas por tecnologias financeiras viáveis e adequadas para atender a esta camada social e que, ademais, tendem a alavancar o desenvolvimento das localidades onde emergem. Este artigo apresenta uma destas experiências de finanças solidárias: a Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga, em Minas Gerais. O objetivo geral do trabalho é analisar as contribuições dessa cooperativa na promoção do desenvolvimento local, tomando como referência analítica sua influência no incremento da renda de seus cooperados. Ancorado na Nova Economia Institucional e nos pressupostos do Desenvolvimento Local, o estudo apresenta impactos na renda dos cooperados, bem como o fortalecimento, em prol do desenvolvimento local.
Palavras-chave: Crédito solidário; desenvolvimento local; cooperativismo.

1. INTRODUÇÃO

A distribuição e o acesso ao crédito são questões de destaque nas discussões sobre o cenário econômico nacional. De acordo com Costa (2005) o Brasil é um dos líderes mundiais em termos de sofisticação tecnológica e de taxas de rentabilidade do setor financeiro, com lucratividade de milhões de dólares anuais. No entanto, vários tipos de serviços prestados pelas instituições financeiras são deficientes, e representam alto custo para os usuários. A seletividade e consequente restrição do acesso a serviços e produtos financeiros formais atingem dezenas de milhões de pessoas, principalmente as de menor renda. A sociedade brasileira convive, além desses problemas, com uma das mais altas taxas de juros do mundo.

Algumas iniciativas vêm sendo implementadas, como alternativas a este cenário, mediante a consolidação de instituições de microfinanças. De acordo com o Banco Central - BACEN (2008), estas visam à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro nacional. Essas alternativas baseiam-se na utilização de produtos, processos e gestão diferenciados, adequados social e tecnicamente à realidade de seu público-alvo.

Dentre as organizações microfinanceiras, destacam-se as Cooperativas de Crédito Solidárias, que, geralmente, são organizadas por agrupamentos[i] e procuram enfrentar problemas decorrentes da pobreza, como a falta de recursos, que, muitas vezes, impedem o desenvolvimento local. Estas cooperativas solidárias, além de trazerem benefícios aos grupos diretamente envolvidos na sua gestão, buscam estender sua atuação para os segmentos mais empobrecidos das sociedades que as circunscrevem. A preocupação é que a dimensão econômica de seu trabalho não suplante seus objetivos sociais (BÚRIGO, 2006).

Em geral, as experiências de finanças solidárias tem-se iniciado e se fortalecido por meio da interação com outras instituições locais. Parte-se, então, da premissa que as redes de inter-relações entre atores e forças locais são essenciais para o desenvolvimento. Neste sentido, essas cooperativas formam novos arranjos institucionais para o financiamento de populações de baixa renda. Elas se distinguem pelo estímulo constante à participação democrática na gestão e no controle social. Trabalham visando à promoção do desenvolvimento local a partir da mobilização do capital social associado às potencialidades produtivas locais.

Parte-se, portanto, da concepção de desenvolvimento endógeno, protagonizado pelos atores locais, evitando o êxodo populacional e permitindo outros benefícios para o quadro social das cooperativas e para a comunidade da qual faz parte. Um destes benefícios refere-se à possibilidade de incremento da renda através do acesso a recursos que alavanquem a atividade econômica desenvolvida pelos cooperados, sejam eles provenientes de repasses de programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ou de captação própria da cooperativa junto aos associados.

Em meados de 2007, o contingente das cooperativas de crédito solidárias brasileiras fundou a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), entidade representativa deste segmento. Atualmente ela integra cerca de 180 cooperativas singulares, presentes em dezessete Estados da União e beneficiando mais de 180 mil associados (ANCOSOL, 2008).

Dentre os sistemas que compõe a ANCOSOL, o sistema Ecosol, oficializado em 2002, é composto por cooperativas de crédito que atendem tanto ao setor urbano quanto ao setor rural de distintas áreas do país, inclusive Minas Gerais. Em seus objetivos, o Sistema Ecosol tem como meta a organização de rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e

solidário com vistas a dinamizar o desenvolvimento local. Os objetivos específicos desse sistema são: a) mobilizar a poupança das populações de renda baixa; b) possibilitar o acesso ao crédito por parte destas populações; e c) promover o desenvolvimento local sustentável e solidário através de projetos produtivos orientados por tais princípios (ECOSOL, 2008).

Em Minas Gerais, a atuação das cooperativas atualmente filiadas a este sistema, restringe-se às localizadas no município de Tombos[ii] e de Araponga, ambas localizadas na Zona da Mata mineira. A Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga, objeto de estudo deste trabalho, constituiu-se em 2004 por meio da articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e tem atuado exclusivamente na área rural. Sua constituição deve-se ao fato de que no município já existiam diversas iniciativas de associativismo, mas que já apresentavam certo estrangulamento de sua capacidade e necessitavam que instrumentos de crédito compatíveis com os ideais e a realidade local.

Face às metas delineadas pela cooperativa, por meio de ações que visam a contribuir para o desenvolvimento local, buscou-se responder à seguinte indagação neste trabalho: qual a contribuição dessa instituição financeira no desenvolvimento local? Neste sentido, o objetivo geral é analisar as contribuições da cooperativa na promoção do desenvolvimento local, tomando como referência analítica a influência no incremento da renda dos cooperados.

A relevância deste estudo faz-se pelo fato de a análise de viabilidade econômica e social e da forma de atuação das instituições de microfinanças vir se mostrando importante instrumento de levantamento de informações para avaliação destas iniciativas. Tal assunto tem ganhado destaque nas discussões, tanto nas bases populares quanto nas ações do Governo Federal, com vistas a descentralizar a política financeira e inserir maior número de pessoas no processo formal de crédito. Para Búrigo (2006), compreender o desenvolvimento das cooperativas de crédito solidárias brasileiras é importante porque essas organizações são empregadas como instrumento de mobilização de segmentos marginalizados e são vistas como instrumento catalisador do desenvolvimento local.

2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS: NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Já se tem certo consenso que os acessos da população mais pobres aos circuitos financeiros não deve depender dos arranjos institucionais já consagrados como instrumento de intermediação financeira. Segundo Schröder (2005), estes têm limites para o atendimento das famílias pobres, pelas barreiras culturais, organizacionais e institucionais que os separam e por não possuírem tecnologias financeiras adequadas a esta classe social.

Tendo em vista que a intermediação bancária não é adaptada ao perfil e ao funcionamento dos pequenos empreendimentos, as técnicas convencionais de avaliação do risco e da capacidade de pagamento tornam o processo de concessão do crédito oneroso. Isso porque as características daqueles empreendimentos não são de fácil leitura pelas estruturas bancárias verticalizadas, considerada a distância entre os circuitos sociais que integram, por exemplo, agricultores familiares e gerentes de agências bancárias. Esses elementos combinados tornam as operações de microcrédito pouco atraentes ou de retorno muito lento para a lógica mercantil do arranjo institucional dos bancos (SCHRÖDER, 2005).

Portanto, para entender as dificuldades que permeiam as relações entre instituições bancárias e segmentos sociais pobres, é necessário considerar o processo de diferenciação

social entre os mesmos, já que estes dificilmente integram os mesmos circuitos sociais (SCHRÖDER, 2005). Percebe-se que geralmente a oferta bancária de serviços financeiros não está conectada às demandas da população mais pobre pelo fato destes desenvolverem atividades produtivas diversificadas e em escala reduzida, além de não possuírem garantias patrimoniais como contrapartida exigida por aquelas instituições.

Diante do contexto de exclusão financeira generalizada, diversos atores econômicos buscam ampliar propostas inovadoras no sentido de reverter esse quadro. Neste sentido, vem sendo dada grande importância às experiências de microcrédito e microfinanças em várias partes do mundo. A pretensão é desenvolver e utilizar tecnologias financeiras apropriadas para o alcance quantitativo e qualitativo das populações pobres que não acessam o sistema financeiro ou esbarram em dificuldades.

Microcrédito, microfinanças, microfinanças descentralizadas, microfinanças solidárias, finanças de proximidade, finanças solidárias, são termos diferentes, empregados por diversos autores[iii] e que designam segmento do sistema financeiro voltado para a prestação de serviços financeiros para a população de baixa renda. Este segmento é hoje reconhecido nacional e internacionalmente e vem-se constituindo uma das alternativas adotadas pelo Governo Federal para descentralização e acessibilidade financeira.

O objetivo principal das microfinanças é ampliar o alcance dos financiamentos buscando abranger aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional. Suas distinções fundamentais estão nos princípios e metodologias empregados para atingir este objetivo (ABRAMOVAY, 2003). A questão central das microfinanças, argumentam Junqueira e Abramovay (2003), está em efetivar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações, aliando sustentabilidade institucional, capilaridade do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários.

Muito se questiona, principalmente no setor bancário, sobre a viabilidade em se trabalhar com um público de baixa renda. A percepção que os bancos têm sobre segmentos sociais pobres é operacionalizada como um público de alto risco: inexpressivas (ou inexistentes) garantias, instabilidade dos pequenos empreendimentos, baixo nível de renda e, por conseguinte, de potencial de movimentação financeira. As pequenas quantidades de recursos demandadas e a falta de garantias patrimoniais exigidas pelas instituições financeiras representariam, então, alto custo de transação. Na perspectiva de North (1990), os custos de transação dizem respeito à informação e à incerteza, consideradas as razões que fazem com que as decisões dos agentes com frequência não reflitam simplesmente um custo de oportunidade.

No campo das microfinanças, a resposta a esse desafio traduz-se na possibilidade do alcance de baixas taxas de inadimplência, amplo alcance do público alvo e criação de outras formas de garantias e controles, que representam redução de custo nas transações. Isso demanda a formação de novos arranjos institucionais, edificados sob novas lógicas, para além da estritamente mercantil dos bancos e dos restritos imperativos de competitividade nos mercados financeiros globais.

De acordo com Parente (2003), a abordagem das microfinanças parte do princípio de que, pelo lado da demanda, as pessoas pobres aceitam e podem pagar juros de mercado para ter acesso ao crédito e para elas o acesso oportuno e ágil ao crédito é mais relevante que a taxa de juros cobrada. Em contrapartida, pelo lado da oferta, a abordagem das microfinanças apresenta tecnologias de produtos financeiros mais adequados (com prazo, valor, finalidade, periodicidade de pagamento, garantia) à realidade dos clientes de baixa

renda. As tecnologias de processo de análise de risco incorporam, além da capacidade de pagar, a análise da vontade de pagar e a construção de garantia não convencional baseada no compromisso pessoal e/ou solidário.

Neste sentido a Nova Economia Institucional (NEI), cujos principais expoentes são Coase, Williamson e North, vem sendo uma das perspectivas científicas mais debatidas no campo econômico e auxilia-nos a entender a dinâmica e o papel das instituições nesse processo. Segundo Bueno (2003), uma de suas proposições é que as instituições sociais e econômicas formam-se para resolver o problema da cooperação entre os indivíduos, com níveis distintos de eficiência em diferentes sociedades.

Sob o aparo teórico da NEI podemos relativizar com consistência o dilema da viabilidade de operar serviços financeiros a populações pobres contraposto ao aumento dos custos de transação pela especificidade dos ativos em jogo. Para North (1990), as instituições da sociedade surgem e aperfeiçoam-se com o propósito de reduzir custos de transação e ampliar o desempenho das firmas. Neste sentido, as "inovações institucionais" (SCHRÖDER, 2005; BITTENCOURT & ABRAMOVAY, 2003), no financiamento da agricultura familiar materializado nas cooperativas de crédito solidárias, criam mecanismos eficientes na redução dos custos de transação, principalmente pela manutenção da proximidade e do acesso às redes sociais.

Estes mecanismos não se baseiam apenas em contratos formais entre credores e devedores. Como argumenta Abramovay (2004) sob a perspectiva da NEI, as transações no mercado são também amparadas por vínculos sociais e mediadas por atributos simbólicos. A NEI enfatizaria, neste sentido, os mecanismos que transmitem aos atores a mensagem de que um empréstimo através da cooperativa apoia-se sobre regras – em que a devolução pontual dos recursos é uma das mais importantes – cujo não cumprimento traz prejuízos econômicos, além de reprovação social do grupo em que o indivíduo se insere.

O enfoque da NEI atribui às organizações, que podem ser econômicas, políticas e sociais, maior capacidade para fazer frente às restrições institucionais, tecnológicas e orçamentárias que obstruem ou limitam os esforços individuais na busca das oportunidades de maximização da riqueza dos agentes econômicos e do bem-estar social. As organizações permitem coordenar as habilidades e os recursos de que dispõem os indivíduos para desenvolver estratégias cooperativas de intercâmbio multilateral, entre distintos mercados e agentes (consumidores, produtores e governos) (ESPINO *apud* SCHRÖDER, 2005).

Este novo enfoque requer arranjos institucionais, como redes, associações, e organização do Estado, por exemplo, que possuam regras de funcionamento internas, metodologias de mobilização e distribuição dos recursos financeiros e interação com ambiente institucional, político e econômico (SCHRÖDER, 2005).

O arranjo institucional cooperativista não é novidade caso se considere que os formatos cooperativistas advêm de vasta experiência nacional e, principalmente, internacional de centenas de anos. No entanto, até mesmo pelo fato de não formarem um grupo homogêneo e terem diversificadas formas de atuação, com diferentes combinações entre o econômico e o social, há uma diversidade dentro do próprio cooperativismo[iv].

Essa diversidade deu-se porque grande parte das cooperativas distanciou-se dos princípios doutrinários do cooperativismo ao subordinarem os interesses sociais aos econômicos em suas atividades e suplantarem o sentido doutrinário do cooperativismo, enquanto sociedade de pessoas, gerando a diversidade deste segmento no contexto brasileiro. As cooperativas de crédito solidárias surgem, assim, como modelo, geralmente

enraizado na atuação de organizações populares, objetivando equacionalizar o acesso a crédito para as populações menos favorecidas e visando o desenvolvimento local.

3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tem-se atualmente certo consenso de que desenvolvimento local não está unicamente relacionado a crescimento econômico, mas também à melhoria da qualidade de vida das pessoas e conservação do meio ambiente. Neste sentido, o crescimento econômico é variável essencial, mas não suficiente, para determinar o desenvolvimento local.

Milani (2005) afirma que o crescimento econômico não produz, necessariamente, desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentado. Para esse autor, vários estudiosos do tema consideram como fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento local, as redes de compromisso, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo.

Em uma definição bastante operacional Buarque (1999, p. 9) conceitua o desenvolvimento local como:

> [...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais. Sua indução é provocada pela capacidade desses atores em articular as potencialidades às oportunidades externas para viabilizar iniciativas inovadoras e fortalecer as ações coletivas em curso. O desenvolvimento local pressupõe, assim, a transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Segundo Martins (2002), no modelo emergente de planejamento do desenvolvimento que busca considerar o homem simultaneamente como agente e beneficiário no processo, supõe-se o envolvimento das pessoas participando ativamente do desenvolvimento e não apenas como beneficiárias. O desenvolvimento local propõe movimento endógeno, ou “de dentro para fora” e, por isso, é resultante da capacidade dos atores locais se estruturarem e se mobilizarem, tendo como base as potencialidades e a realidade cultural.

É válido ressaltar que a literatura especializada, de acordo com Buarque (1999), aponta que as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local quase sempre decorrem de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e,

principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

Neste sentido, as cooperativas de crédito solidárias aparecem como importante instrumento para a indução do desenvolvimento, mobilizando diversas categorias apontadas acima. Elas surgem, reproduzem e fortalecem o ambiente sociopolítico pelo qual emergiram, e desencadeia uma série de mobilizações sociais ao longo do processo de constituição e para a efetividade da gestão participativa (BÚRIGO, 2006). Essas organizações preocupam-se, e isso já se tornou objetivo explícito de sua atuação, não apenas com o quadro de sócio, mas estendem a atuação a todo o segmento em que este se insere.

Além disso, essas cooperativas de crédito estabelecem relações com atores externos, buscando a sinergia com o Estado e com as organizações da sociedade civil. A composição de arranjo institucional baseado nessas articulações e em tecnologia financeiras adaptadas permite a estas organizações ampliar a capilaridade do acesso ao crédito e, consequentemente, a expansão das capacidades e liberdades econômicas dos cooperados.

Mas, para além da questão de democratização do acesso ao crédito, há também, e, sobretudo, toda a preocupação com a chamada utilidade social do investimento financeiro que está em jogo, orientando este campo de iniciativas. Trata-se, com estas experiências, de afirmação da finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção de projetos, articulando, por exemplo, trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local etc. (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O artigo define-se como pesquisa descritiva (GIL, 2002) e tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Em geral as pesquisas descritivas assumem a forma de levantamentos e o presente trabalho utilizou levantamentos por amostragem, que se desenvolve com base numa amostra, que constitui um subconjunto da população a ser estudada e, por meio dela, são estimadas as características da população total (GIL 2002).

O tipo de amostragem utilizado foi amostragem aleatória simples, que, de acordo com Gil (2000), é o procedimento básico da amostragem científica. Neste artigo foi utilizada numeração para cada elemento da população, que corresponde aos cooperados associados e, posteriormente, definiram-se de forma aleatória os elementos que constituíram a amostra.

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram os formulários e entrevistas. Essas técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados, por isso, devem ser muito bem planejadas para que não se encontre resultados viesados.

As entrevistas foram realizadas junto aos dirigentes da cooperativa e junto a representantes de instituições que a permeiam e que podem ter influência de forma direta ou indireta nas ações da instituição financeira. A forma da entrevista utilizada foi semiestruturada, na qual o entrevistador guiou-se por um tipo de roteiro, mas com mobilidade para conduzi-la e introduzir novas questões que surgem de acordo com o que acontece no processo, sempre com vistas a obter informações relevantes e condizentes com o objetivo da pesquisa.

No formulário, o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas e, neste trabalho, estas foram aplicadas a uma amostra de cooperados, com o objetivo de analisar se houve impacto da ação da cooperativa sobre a renda dos cooperados.

Durante o trabalho de campo foram aplicados 50 formulários. Para facilitar os trabalhos, representantes da diretoria acompanharam os pesquisadores até as comunidades, onde se encontravam os cooperados selecionados na amostragem, entretanto achamos importante que eles não presenciassem a coleta dos dados para não influenciarem as informações. O passo seguinte foi a codificação das respostas e tabulação dos dados para obtenção das informações que subsidiaram os resultados.

5 A ECOSOL ARAPONGA: CARACTERIZAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O município de Araponga, localizado na Zona da Mata Mineira, possui 8.029 habitantes, segundo dados do IBGE (2008) referentes à contagem da população 2007, dos quais, aproximadamente, 68% residem na zona rural, caracterizando-se, portanto como população essencialmente rural. De acordo com o MDA/SADE (2008), dessa população rural 569 são agricultores familiares[v], o que corresponde a 89,7% dos estabelecimentos. A área ocupada por esses estabelecimentos é de 12.239 ha, o que representa 59% da área total. Em termos do valor bruto de produção, apenas 47,1% deste é da agricultura familiar, o equivalente a menos da metade do valor total de R$ 3.725.000,00. Tal comportamento sinaliza a presença de desigualdade de renda no campo. Enquanto na categoria patronal a renda média por estabelecimento é de R$ 14.375,00, na categoria familiar a média entre os que possuem a maior e a menor renda de apenas R$ 2.091,00.

Face à necessidade de instrumentos que promovessem a mudança desse cenário e o consequente desenvolvimento da agricultura familiar local, criou-se a Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga. Foi constituída no início do ano de 2004, mas só iniciou efetivamente seus trabalhos no final do mesmo ano. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município foi um dos articuladores que incentivou a formação da cooperativa. Em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o STR iniciou o projeto de mobilização, capacitação dos atores locais, além de auxiliar nos trâmites burocráticos e legais junto ao Banco Central.

O organograma atual da cooperativa constitui-se de coordenador geral, coordenador financeiro, secretário-geral e o conselho fiscal, no qual este último é composto por três titulares e três suplentes. Há ainda o comitê de crédito, composto por alguns associados e este é responsável por aprovar empréstimos com valores acima de R$ 1.001,00. Como forma de reprodução da solidariedade na estrutura de gestão, a cooperativa institucionalizou o "aval solidário" como mecanismo de avaliação dos riscos e controle do crédito. Trata-se da garantia grupal em torno de um empréstimo, concedido pelos próprios cooperados, que assumem solidariamente a corresponsabilidade pelo cumprimento dos prazos dos outros membros do grupo. Contudo, tentando evitar o aumento da inadimplência são também necessários mecanismos convencionais de controle, assim como o é para empréstimos de até R$ 1.000,00, que exigem um avalista e, acima deste valor, são necessários dois avalistas.

Visando a divulgar a cooperativa nas comunidades e também buscar novos associados, a instituição trabalha com agentes de crédito (atualmente três cooperados assumem esta função), e estes são remunerados ao atingirem determinado número de novas associações. Essa ação faz-se importante em razão das metas que devem ser

cumpridas pela cooperativa ante ao Banco Central, para que a mesma possa continuar seu funcionamento. A meta de maior dificuldade de alcance é o capital social mínimo que deve ser de R$ 60.000,00, até o quinto ano de funcionamento da cooperativa, sendo que atualmente ela apresenta pouco mais de 50% deste valor, restando um ano para o término deste prazo.

O capital social da cooperativa constitui-se, fundamentalmente, das quotas-partes integralizadas pelos associados, que, segundo o Estatuto Social, é de R$ 100,00. Isso demonstra a necessidade do aumento do número de associados e de investimento numa política de incentivo à integralização de maiores valores por aqueles, que, em geral, só o fazem com o mínimo exigido.

Além do Banco Central, a base de serviços do sistema Ecosol em Minas Gerais também fixou algumas metas, que têm sido cumpridas. Uma delas refere-se à movimentação de capital, que, no ano passado, foi cinco vezes o valor do capital da cooperativa, acima do fixado pela Ecosol e que demonstra grande rotatividade do capital da instituição.

Os serviços ofertados pela cooperativa referem-se ao acesso a crédito por meio de linhas de financiamento (Fig. 1), abertura e movimentação de conta corrente e poupança e, ainda, repasse de recursos do PRONAF aos cooperados, viabilizado por um convênio com o Banco do Brasil.

Linha de financiamento	Valor máximo disponibilizado	Prazo de pagamento	Taxa de juros	Carência máxima
Pró-insumo	R$ 1.500,00	180 dias	1,87% a 2,08% a.m.	120 dias
Pró-colheita	R$ 1.500,00	150 dias	1,87% a 2,08% a.m.	90 dias
Crédito Pessoal	R$ 1.000,00	150 dias	1,87% a 2,08% a.m.	90 dias

Figura 1 - Principais linhas de financiamento adotadas pela Cooperativa de Crédito de Araponga em 2008.

Entre os programas, o Pró-insumo corresponde a, aproximadamente, 50% dos empréstimos e esse tipo de serviço é contratado principalmente entre outubro e abril. Já a Pró-colheita representa cerca de 30% e é contratado de maio a agosto. O empréstimo pessoal representa 20% dos empréstimos realizados. Isso pode ser verificado pela figura 2, pela qual se observa que a maior parte dos contratos está na faixa de R$ 500,00 a R$1.000,00, valores que correspondem às linhas de financiamento do Pró-colheita e Pró-insumo. Outro destaque é dado aos contratos de até R$ 500, 00, faixa que inclui tanto os dois programas citados como também o crédito pessoal.

A taxa de inadimplência da cooperativa é irrisória, sendo que não há qualquer inadimplente que possua débito há muito tempo, existindo apenas poucos cooperados em atraso por alguns dias ou meses.

Valores dos contratos	Ano 2001	Ano 2008 (até 13/06)
Até R$500,00	34,77%	38,26%
De Até R$500,00 a Até R$1.000,00	39,97%	48,32%
De Até R$1.000,00 a Até R$1.500,00	21,50%	8,72%
Acima de R$1.500,00	4,66%	4,70%
Total	**301**	**149**

Figura 2 - Valores dos empréstimos concedidos pela cooperativa em 2007 e 2008.

5.1 A Ecosol Araponga e suas articulações

O que se pôde observar durante o período da pesquisa é que, as redes de relações sociais criadas têm papel importante, senão imprescindível, no processo de constituição e consolidação da cooperativa de crédito de Araponga. Isso só ocorre porque estas instituições buscam o desenvolvimento das regiões onde atuam e acreditam que o cooperativismo de crédito solidário seja o instrumento de desenvolvimento local e de transformação social, estando de acordo com os valores e ideais.

Como descrito por Buarque (1999), o desenvolvimento local implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, cada um com seu papel para alcançar tal objetivo. Verificou-se que, no caso em questão, esta articulação faz-se presente com a participação de atores com atuação pontual como também aqueles que estão presentes em toda a trajetória da cooperativa, cada um com sua parcela de contribuição e intensidade de relação.

A importância e eficiência das diversas articulações presentes no movimento do crédito solidário são constatadas também nos trabalhos de Schröder (2005), Búrigo (2006), Abramovay (2003), entre outros autores que têm tratado do tema. De acordo com estes trabalhos, a construção social de espaços institucionais de articulação entre diferentes atores do campo de atuação dessas cooperativas permitem-nas criar mecanismos de coordenação de ações coletivas em prol do desenvolvimento local. A formação de sistema financeiro solidário na agricultura familiar depende, sobretudo, da consolidação de arranjo institucional que congregue as interações entre organizações da sociedade civil, do poder público local e do Estado.

Neste artigo procuram-se destacar os atores identificados pelas entrevistas como os mais atuantes. Contudo, vale pontuar que as relações destas cooperativas não limitam a este rol de entidades, mas são as mais próximas e enfatizadas nas entrevistas.

O **Sindicato de Trabalhadores Rurais** sempre manteve forte relação com a cooperativa, até mesmo pelo fato de o segundo nascer de um anseio e por iniciativa do primeiro. A ligação estreita sempre se faz presente durante o período de funcionamento da cooperativa, a ponto de só poder fazer a adesão à cooperativa quem fosse associado ao sindicato. Esta exigência já não está mais presente no estatuto, mas, percebe-se, ainda, uma relação intrínseca entre as duas instituições.

O sindicato possui fundo rotativo, o "Fundo de Crédito Rotativo para a Conquista de Terras", recurso que sempre foi importante instrumento de fortalecimento dos agricultores familiares, já que é usado para a compra de terras pelos sindicalizados. Atualmente este fundo é administrado pela cooperativa, contudo é o sindicato quem aprova para quem serão liberados os recursos, sendo, que a exigência é que o agricultor que queira acessá-lo seja

filiado tanto ao sindicato quanto à cooperativa. Percebe-se, portanto, que as duas instituições se completam, cada uma oferecendo aos associados o que é de sua natureza, e compartilhando entre estes as potencialidades dos projetos que desenvolvem.

O **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)** também foi enfatizado como membro da rede de parcerias da Ecosol Araponga. Por intermédio do programa de desenvolvimento territorial o MDA tem beneficiado a cooperativa, uma vez que o município de Araponga situa-se nos limites do Território Serra do Brigadeiro, instituído em 2003. A instituição financeira já obteve aprovação de alguns projetos por meio deste programa, destacando-se o recurso para construção da sede da cooperativa, ação realizada em parceria com o poder público local, além de recursos para aquisição dos equipamentos utilizados para o funcionamento e, mais recentemente, aprovou-se projeto para custeio de atividades de capacitação. Como se percebe, esta foi uma das parcerias que permitiram a estruturação inicial da cooperativa e que poderão contribuir para maior desenvolvimento e até mesmo para a sustentabilidade da mesma.

O poder público local, representado pela **Prefeitura Municipal de Araponga**, tem apoiado o funcionamento da cooperativa, tanto pela parceria com o poder público nacional, para a construção da sede da cooperativa, quanto pelo custeio de despesas, como energia elétrica e água, além da cessão do espaço atual de funcionamento da cooperativa. A parceria com a prefeitura mostrou-se fundamental para alavancar as atividades da cooperativa, pois, para além da ajuda estrutural, desempenhou apoio político para a sua continuidade e crescimento.

A cooperativa, como filiada ao **Sistema Ecosol**, segue os controles previstos pela central, que atualmente realiza o aporte à capacitação do quadro social, principalmente, o que se refere à direção da cooperativa, no intuito de esclarecer, auxiliar e acompanhar os dirigentes sobre as suas atribuições. A central também realiza monitoramento das singulares, além de auditorias periódicas.

Apesar de apresentarmos estes atores como os que têm atuação mais direta junto à cooperativa, destaca-se que, pelo captado durante as entrevistas, uma série de outras instituições trouxe contribuições importantes para o processo de formação e consolidação da cooperativa, tendo atuado em algum momento deste processo.

Uma destas instituições é a **Agência de Desenvolvimento Solidário** (ADS), que, juntamente ao sindicato e a **Associação Regional da Agricultura Familiar**, iniciou todo o processo de discussão com as lideranças locais, a sensibilização e capacitação da base sobre o cooperativismo de crédito solidário, realização de um diagnóstico dos potenciais produtivos locais, além de assessoria na constituição e formalização.

No processo inicial o **SEBRAE** foi importante parceiro para a capacitação dos cooperados fundadores em várias modalidades, como gestão financeira, administrativa, contábil, entre outros. O **Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata** (Cta/ZM), Organização Não Governamental da região, também tinha e ainda tem atuação no município com assistência técnica à agricultura familiar. Assim, constitui-se forte parceria, com função de auxiliar na assistência técnica e avaliação de projetos.

No início de 2008, a base de serviços do sistema Ecosol em MG estabeleceu parceria com a **Universidade Federal de Viçosa**, por meio do Departamento de Economia Rural, para acompanhamento da mesma. Através dessa parceria foi realizado planejamento estratégico do sistema no estado mineiro como um todo e das cooperativas singulares separadamente.

Esta parceria irá auxiliar a cooperativa na determinação de ações prioritárias e a forma de consecução para efetivo cumprimento das metas do Banco Central.

5.2 Crédito e impacto sobre a renda: avaliação da atuação da cooperativa

A partir da análise dos dados, percebe-se que os associados, na grande maioria, realizam algum tipo de movimentação financeira com a cooperativa. Isso se reflete por 88% dos cooperados entrevistados destacarem que realizam este tipo de atividade junto à instituição. É importante destacar que essa movimentação refere-se à tomada de empréstimos. Segundo dados da cooperativa, é pequena a realização de depósitos por parte dos mesmos.

De acordo com Schröder (2005), os tradicionais arranjos institucionais financeiros não são adequados ao perfil do público alvo atendido pelas cooperativas de crédito, que possuem maior identificação com seus clientes associados. Essa identificação pode ser operacionalizada através da figura 3, que mostra as principais vantagens de se associar à cooperativa, levantadas pelos associados, destacando-se a facilidade de acessar crédito e as taxas de juros menores, diferenças concretas do arranjo institucional cooperativo.

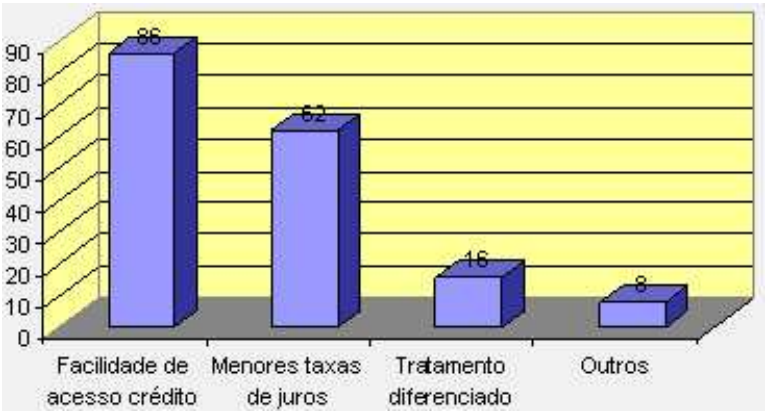


Figura 3 – Vantagens de associação à cooperativa.

Segundo a avaliação realizada pelos associados, a atuação da cooperativa tem-se mostrado satisfatória, 88% dos cooperados consideram-na boa ou ótima. Isso vai de encontro à idéia de que as instituições de finanças solidárias têm-se apresentado como eficiente instrumento de inserção social e desenvolvimento local. Como destacado no plano de viabilidade elaborado pela ADS e pelo SEBRAE, quando do início das ações para constituição das cooperativas, o segmento da agricultura familiar, na quase totalidade, não possuía contas bancárias nem acessava outros produtos e serviços financeiros. Esta lacuna vem agora sendo suprida pela cooperativa e, de acordo com a pesquisa, de forma satisfatória.

Nos últimos anos a agricultura familiar tem-se beneficiado de algumas políticas governamentais de fortalecimento deste segmento por meio de instrumentos facilitadores de acesso a crédito e outras ações, como incentivo à assistência técnica e comercialização. Iniciativas de outras instituições como ONGs, Sindicatos também são desenvolvidas com esse mesmo objetivo. Especificamente, no município de Araponga, encontravam-se diversas

iniciativas de associativismo em torno da produção, beneficiamento artesanal, comercialização e fundo de crédito utilizado para compra coletiva de terras, ações que serviram por muitos anos de esteio para este segmento. Contudo, estas iniciativas já apresentavam dificuldades de ampliar a atuação, e para superá-las surge a cooperativa, no intuito de tornar possível o acesso a crédito de forma facilitada e de acordo com as características deste público diferenciado, que em geral não satisfaz o perfil atendido pelas instituições financeiras tradicionais (ECOSOL, 2003).

Após o início dos trabalhos da cooperativa, 60% dos cooperados receberam recursos de algum tipo de programa ou projeto, tanto de instância governamental como não governamental. Dentre estes beneficiados, 90% receberam recursos do PRONAF. Vale destacar que os cooperados ainda não se despertaram para o fato de que podem realizar a transferência do recurso para a cooperativa, sacando e pagando as parcelas no próprio município. Isso é refletido pelo fato de apenas 17% operarem o PRONAF por meio da cooperativa, sendo que o restante ainda continua a operá-lo na agência do Banco do Brasil do município de Viçosa. Ressalta-se que esta ação é possibilitada por meio de convênio entre as duas instituições, já que a rede Ecosol não opera diretamente os recursos do programa, serviço que já vem sendo prestado por outras redes de cooperativas solidárias, como o sistema Cresol, na qual todo o processo é realizado nas cooperativas, desde o projeto até o pagamento do empréstimo.

Na figura 1 apresentaram-se as linhas de empréstimos disponibilizados por meio de recursos captados pela própria cooperativa. A apuração dos formulários revelou que 16% dos associados não realizaram empréstimo junto à instituição desde que fizeram a adesão. O restante dos cooperados já acessou estes financiamentos, sendo que a maioria já fez os empréstimos mais de uma vez.

Atualmente os cooperados têm buscado realizar empréstimos somente junto à cooperativa, sendo que 74% só têm recorrido a ela. São poucos os que recorrem também a outras fontes, mas dentre estas, a pesquisa evidenciou que as mais procuradas ainda são os atravessadores (agiotas). Estes dados mostram a importância da cooperativa como alternativa segura e mais barata para os agricultores, já que no município tem-se histórico de intensa presença de atravessadores que realizavam empréstimos a juros extorsivos, mas que eram a única opção. De acordo com Abramovay (2004), os agiotas podem representar a "salvação financeira" para muitos agricultores familiares, mas também representam a tecelagem de relações de dominação e dependência, frente aos altos custos dos serviços. Na impossibilidade de pagamento do empréstimo acessado nestes casos, a dependência da família pode ser, ao contrário do que se esperava no início da transação, o desaguadouro para as condições de reprodução da pobreza rural.

A figura 2 apresenta os valores médios dos empréstimos realizados junto à cooperativa pelos associados da amostragem, podendo-se observar que os valores prevalecem na faixa de R$ 500,00 a R$ 1.000,00, revelando a concentração de financiamento nas linhas de pró-insumo e pró-colheita (Fig. 1). Isto revela que os empréstimos são utilizados primordialmente na atividade produtiva dos agricultores, que no município refere-se à produção do café. Além do investimento na produção, outra finalidade dada aos recursos refere-se aos pagamentos de outras dívidas, ou mesmo à combinação das duas opções frente à diversidade de estratégias de reprodução socioeconômicas estabelecidas pelos agricultores familiares.

Valores dos contratos	Porcentagem
Até R$ 500,00	21,43%
De R$ 500,00 a R$ 1.000,00	61,91%
De R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00	11,90%
Acima de R$ 1.500,00	4,76%

Figura 4 - Valores médios dos empréstimos realizados junto à cooperativa.

O pagamento das parcelas dos empréstimos tem sido realizado sem dificuldades por 69% dos cooperados. Vale ser destacado que aproximadamente 14% dos cooperados recorrem a outros empréstimos para quitar o débito. A grande maioria o faz na própria cooperativa, ou seja, quando não é o próprio cooperado que assume outro contrato com a instituição, é alguém da própria família, como as esposas, que também podem associar-se, caso cumpram o perfil exigido pelo Estatuto Social, realizando o empréstimo.

No que tange ao objetivo de avaliar o impacto sobre a renda dos cooperados após a constituição da instituição, observou-se que 28,57% dos associados que realizaram empréstimos junto à cooperativa não obtiveram retornos na renda após acessarem recursos da cooperativa. Vale destacar que cada um realizou apenas um empréstimo e o valor dos empréstimos acessados é, de quase na mesma proporção, até R$ 500,00 e de R$ 500,00 a R$1.000,00. Quanto à forma de aplicação destes empréstimos, 41,67% investiram o recurso na atividade produtiva, 33,33% pagaram dívidas e 16,67% utilizaram para outros fins, como aquisição de itens de consumo doméstico.

No formulário aplicado, definiram-se algumas faixas de renda, sendo que a primeira referia-se a quem possuía renda de até um salário mínimo[vi], a segunda, de um a dois salários, a terceira de dois a três salários, sendo que as demais não foram representativas. A figura 5 apresenta a variação na renda dos associados, definindo os valores iniciais da renda e a mesma após a utilização dos recursos. Entre a amostra que sinalizou variação de renda devido à aplicação do recurso, 60% apresentou significativa mudança de renda representando modificação nas faixas salariais definidas conforme os valores sombreados da tabela.

Renda média mensal anterior aos empréstimos	Renda média mensal posterior aos empréstimos	Porcentagem de associados
menos de 1 salário	menos de 1 salário	16,67%
menos de 1 salário	de 1 a 2 salários	36,67%
menos de 1 salário	de 2 a 3 salários	10,00%
de 1 a 2 salários	de 1 a 2 salários	23,33%
de 1 a 2 salários	de 2 a 3 salários	13,33%

Figura 5 – Porcentagem dos associados que aumentaram sua renda após acessar crédito na cooperativa dentro das faixas salariais definidas.

Os valores não sombreados, desta figura 5, representam os 40% dos associados que apontaram ter obtido aumento na renda, mas que não apresentou variação que correspondesse à mudança na faixa salarial proposta. Entretanto, observou-se durante a

coleta dos dados que, considerando em termos absolutos da renda, houve modificação dentro da mesma faixa, o que, na prática, significou até mesmo o dobro da renda anterior, que, na realidade, era baixíssima e, portanto, constitui-se um resultado relevante para a melhoria das condições de vida do associado.

Na utilização dos recursos, confirmam-se os desdobramentos das cooperativas de crédito solidárias na promoção do desenvolvimento local, já que praticamente 80% do montante dos empréstimos são gastos no comércio do próprio município. Isso é um bom indicador, já que a população municipal é essencialmente rural, tendo, portanto, grande impacto na movimentação do comércio local. Além disso, a capacidade de mobilizar a poupança local mostra-se outra estratégia que demonstra isso, pois o poupado é emprestado localmente e não integra circuitos financeiros externos, como poderia ser com os bancos.

É importante realizar três considerações. Primeiro a dificuldade de mensuração da renda dos agricultores, pois a maioria vive essencialmente das atividades do campo e que se constitui quase em sua totalidade da renda do café que é obtida anualmente. Assim, na maioria dos casos, a definição de rendimento mensal foi feita por meio de uma média daquela produção para os meses do ano.

Em segundo lugar, observou-se que os recursos emprestados pela cooperativa são essenciais para o desenvolvimento da atividade produtiva dos associados porque esses agricultores podem investir na lavoura no tempo certo, conseguindo, assim, obter maior rendimento produtivo e, consequentemente, maior resultado financeiro ao otimizar os investimentos. A esse fato deve-se o aumento da renda, pois não houve significativa ampliação das lavouras ou das propriedades e nem investimento em outras culturas que tenham influenciado a renda.

Em último lugar, deve-se levar em conta que a maioria dos cooperados também recebeu recursos do PRONAF, o que também influenciou o aumento de renda. Ressalta-se, entretanto, que a pesquisa não conseguiu separar qual a influência de cada um destes agentes sobre a variável renda, uma vez que os próprios cooperados não souberam realizar tal separação. É fato, porém, que se a cooperativa não é a principal responsável por esta variação é, pelo menos, importante neste resultado já que se constitui como esteio ao produtor pela maior facilidade de obtenção de crédito e, até mesmo, como auxílio aos agricultores familiares no pagamento do empréstimo do PRONAF, sendo neste caso uma política complementar ao programa federal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente, ao longo da pesquisa, que houve aumento na renda dos cooperados. Os recursos emprestados pela cooperativa foram fundamentais para a alavancagem das atividades produtivas dos associados, uma vez que tiveram a possibilidade de investir, no momento certo, pela flexibilidade de acesso ao crédito através da cooperativa. Consequentemente, provocou a eficiência dos projetos de investimento iniciados por aproveitar as melhores condições ambientais (período de plantio), sociais (disponibilidade dos membros da família) e econômicas (baixa nos preços dos insumos), obtendo maior rendimento produtivo e maior resultado financeiro ao otimizar os investimentos.

Ao cumprir o papel de facilitar o acesso a crédito, através de menores taxas de juros, a Ecosol Araponga provoca a inserção dos agricultores familiares no sistema formal de

crédito, possibilitando, portanto, inclusão social e financeira. A cooperativa na medida em que se torna um instrumento para o aumento da renda dos cooperados, promove a circulação local dos recursos e efetiva uma rede de parcerias em torno de projetos sociopolíticos, reforçando o seu papel na promoção do desenvolvimento local.

As parcerias constituídas pelas cooperativas e outras instituições conectam-se em prol de objetivos compartilhados, ligados ao fortalecimento da agricultura familiar. Estas organizações amparam-se sobre redes sociais constituídas historicamente sob a mobilização da igreja católica, com as chamadas "comunidades eclesiais de base". Desse contexto, surgiu o forte conteúdo político e filosófico que nutre as ações coletivas em curso.

A atuação conjunta e articulada dessas organizações com a cooperativa de crédito potencializa as atividades financeiras e fortalece as interfaces entre a solidariedade social do movimento comunitário e a lógica financeira da cooperativa de crédito. A imersão social dessas organizações permite-as fortalecer mecanismos sociais de controle e captar informações qualificadas sobre os cooperados, a partir da utilização das redes sociais e dos vínculos de confiança. Este fato contribui para reduzir os custos de transação e, por conseguinte, os custos do próprio crédito.

O resultado é o aumento do alcance social das cooperativas – ampliando o número de agricultores beneficiados com o acesso ao crédito -, a viabilização de oportunidades produtivas e o investimento local dos recursos próprios da cooperativa. Os recursos financeiros mobilizados pela cooperativa giram entre os próprios cooperados e são investidos no local de atuação da cooperativa. Essa dinâmica cria um circulo virtuoso mediado pela cooperativa de crédito solidário como indutora do desenvolvimento local.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento das bolsas de mestrado, que viabilizaram o desenvolvimento do trabalho.

Artigo recebido em: 29/09/2010
Artigo aceito em: 20/03/2011

[i] Estes agrupamentos podem ser identificados como Sindicatos, Associações, Organizações Não Governamentais, Agências de Desenvolvimento, entre outros.

[ii] A Cooperativa de Crédito Solidário de Tombos possui Postos de Atendimento Cooperativo - PAC nos municípios de Espera Feliz, Simonésia, Catuné e recentemente em Divino, ambos localizados também na Zona da Mata Mineira.

[iii] Alguns autores não consideram os termos sinônimos ou um mais abrangente que outro, mas em geral tem o mesmo sentido teórico.

[iv] No Brasil além da Ancosol, temos a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, entidade representativa do cooperativismo brasileiro, com atuação e princípios diferentes da proposta da primeira e de demais entidades representativas do movimento cooperativista, que especialmente em outros segmentos cooperativistas constitui uma amarra as cooperativas que não compartilham de seus valores e forma de atuação, mas que são obrigadas a se filiarem para fins de manterem-se legalmente constituídas já que ainda não se formalizou as alterações da lei 5.764/61, que permitem outras representações nacionais.

[v] Entretanto, relatório do Plano Safra Territorial (2006) afirma que estes dados estão distantes da realidade, pois baseiam-se em informações defasadas do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 e refletem o número de estabelecimentos e não o de unidades familiares, sendo que a demanda estimada é de cerca de 1750 agricultores familiares no município.

[vi] O salário mínimo considerado foi o vigente R$ 415,00.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. *In:* ABRAMOVAY, R. (Org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume, 2004, p. 21-70.

_____. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. *In*: SANTOS, Carlos Alberto (Org.). **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 101-123.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. **Economia Aplicada**, vol. 4, n. 2, p. 379-397, abril/junho, 2000.

ANCOSOL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DE ECONOMIA FAMILIAR E SOLIDÁRIA. Disponível em: [http://www.ancosol.org.br]. Acesso em: 04 abr. 2008.

BACEN - BANCO CENTRAL. Disponível em: [http//www. bcb.gov.br]. Acesso em: 22 mar. 2008.

BITTENCOURT, G. B.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**, nº 1, p. 179-207, 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BUENO, N. P. **A nova economia institucional e a historiografia clássica do período colonial brasileiro**. *In:* V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003, Caxambu. Anais...Caxambu; 2003, p. 1-22.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Florianópolis, 2006. 375 f. Tese (Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COSTA, C. A união faz a força. **Desafios,** Brasília, n.10, maio 2005. Disponível em: [http.www.desafios.org.br]. Acesso em: 31 mar. 2008.

ECOSOL - SISTEMA NACIONAL DE COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO SOLIDÁRIO. Disponível em: [http://www.ecosol.com.br]. Acesso em: 03 abr. 2008

_____. **Projeto de viabilidade econômica.** Belo Horizonte, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo, Atlas, 2000.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1] Acesso em: 03 abr. 2008.

JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. **A sustentabilidade das microfinanças solidárias**. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Poços de Caldas. Anais... Brasília: Sober, 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande - MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2002.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *In:* **Capital social, participação política e desenvolvimento local**: **atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARENTE, S. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Brasília DF: CEPAL, mar. 2003. Disponível em: [http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf] Acesso em: 07 mai. 2008.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra Territorial** – Território Serra do Brigadeiro. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio078.pdf]. Acesso em: 01 abr. 2008

SCHRÖDER, M. **Cooperativas de crédito da agricultura familiar, inovações institucionais e acesso a serviços financeiros: o caso do Sistema Cresol, no sul do Brasil**. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto. Anais... São Paulo: Sober, 2005.